

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

PRISÃO PREVENTIVA: PRINCIPAIS PONTOS CONTROVERTIDOS

SURGIDOS COM A LEI 12.403/2011	29
1. Prisão preventiva antes da edição da Lei 12.403/2011	29
2. Espírito das alterações e antecedentes imediatos	33
3. Estudo panorâmico das principais alterações trazidas pela Lei 12.403/2011 no tema da prisão preventiva.....	33
4. Alterações e pontos controvertidos	36
4.1. Proporcionalidade. Extensão	37
4.2. Aspectos gerais no tocante à prisão preventiva.....	38
4.3. Decretação da prisão preventiva de ofício	39
4.4. Legitimidade do Assistente da Acusação	42
4.5. Possibilidade de decretação da prisão com base em representação da autoridade policial.....	43
4.6. Contraditório. Limites e forma de exercício.....	44
4.7. Processo e procedimento Cautelar	45
4.8. Motivação.....	46
4.9. Garantia da ordem pública.....	46
4.10. Modelos de prisão preventiva.....	48
4.11. Condições de admissibilidade da prisão preventiva. Regra geral e exceções. Prisão preventiva protetiva	49
4.12. Prisão preventiva em caso de dúvida sobre a identidade – prisão preventiva esclarecedora.....	52
4.13. Conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva. Art. 310 do CPP	55
4.14. Prisão preventiva em caso de descumprimento das medidas aplicadas	59
5. Considerações finais	61

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DESDE O CPP DE 1942 ATÉ A

EDIÇÃO DA LEI 12.403/2011	63
1. Introdução.....	63
2. Regime originário do CPP de 1942. Seu contexto histórico, político e jurídico.....	65
2.1. Escola Positivista, a Escola Técnico-Jurídica e o Código Rocco	68
2.2. A Sistemática originária do CPP de 1942.....	73
2.2.1. Prisão em flagrante e liberdade provisória.....	76

2.2.2.	Prisão preventiva.....	81
2.2.3.	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível e de pronúncia	84
3.	Evolução do CPP até a edição da Lei 12.403/2011	84
3.1.	Processo Penal constitucional	85
3.2.	A Proteção Internacional dos Direitos Humanos. O Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Processual Penal Internacional	88
3.3.	Noções de cautelaridade	93
3.4.	A Prisão-pena como última ratio – despenalização. Reflexo na prisão processual e na necessidade de criação de medidas alternativas	104
3.5.	Alterações legais posteriores	107

CAPÍTULO III

A LIBERDADE AMBULATORIAL E A PRISÃO NA CONVENÇÃO

AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 121

1.	Considerações gerais sobre a Convenção Americana de Direitos Humanos. Natureza supralegal e autoaplicável	121
1.1.	Necessidade de uma interpretação originária da Convenção e seu efeito vinculante	126
2.	Garantias gerais e específicas no tocante à liberdade pessoal, atinentes ao momento da detenção	130
3.	Direito à liberdade e à segurança.....	131
4.	Garantia contra a prisão ilegal e arbitrária.....	133
4.1.	Prisão ilegal.....	134
4.2.	Prisão arbitrária.....	136
4.2.1.	Mérito Substancial	138
4.2.2.	Finalidades legítimas da prisão preventiva. Presunção de inocência.....	139
4.2.3.	Princípio da proporcionalidade	145
4.2.4.	Judicialidade e Motivação. Participação do imputado.....	148
5.	Direito de ser informado das razões de sua detenção	150
5.1.	Aspecto Subjetivo. Titular do direito	152
5.2.	Aspecto substancial. Objeto e conteúdo da informação	154
5.3.	Aspecto temporal	155
5.4.	Aspecto Formal.....	156
6.	Direito de ser levado pessoalmente e sem demora perante um juiz	157
6.1.	Apresentação perante juiz ou autoridade judiciária.....	160
6.2.	Intervenção efetiva	161
6.3.	Sem demora.....	162
6.4.	Apresentação pessoal do imputado e direito a ser ouvido	164

7.	Direito a um recurso simples, rápido e efetivo contra a prisão.....	165
8.	Direito à assistência pelo defensor, desde o momento da prisão.....	170
9.	Incomunicabilidade.....	174
10.	Direito de ser julgado dentro de um prazo razoável ou ser colocado em liberdade	175
11.	Ônus da Prova do cumprimento dos direitos.....	179
12.	Considerações finais. Alguns standards	181

CAPÍTULO IV

ESTUDO DA PRISÃO PREVENTIVA NO DIREITO COMPARADO.....	185	
1.	Considerações Iniciais.....	185
2.	Prisão Preventiva na Itália	186
2.1.	Condições gerais de aplicabilidade. <i>Fumus commissi delicti</i>	188
2.2.	Finalidades da prisão preventiva. Exigências cautelares (<i>periculum libertatis</i>)	190
2.2.1.	Perigo de deturpação das provas	191
2.2.2.	Perigo de subtração à justiça.....	193
2.2.3.	Perigo de realização de outros delitos graves.....	195
2.3.	CrITÉRIOS de escolha das medidas. PrincÍpio da Proporcionalidade	196
2.3.1.	Regime cautelar especial de natureza excepcional ou regime do duplo binário (" <i>doppio binario</i> ").....	198
2.4.	Procedimento aplicável	202
2.4.1.	Prisão preventiva em caso de descumprimento	209
2.4.2.	Conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva	213
2.4.2.1.	Procedimento de "convalidação".....	214
2.4.2.2.	Audiência para "convalidação"	216
2.4.3.	Condução Coercitiva para fins de identificação	220
3.	Prisão Preventiva em Portugal.....	221
3.1.	Condições Gerais de aplicação. <i>Fumus commissi delicti</i> e <i>periculum libertatis</i>	224
3.2.	Procedimento aplicável	229
3.3.	Prisão preventiva por transgressão das medidas impostas	236
3.4.	Detenção para fins de identificação. Conversão da detenção em flagrante em prisão preventiva.....	238
3.4.1.	Detenção para fins de identificação.....	239
3.4.2.	Conversão da detenção em flagrante em preventiva	241
4.	Prisão Preventiva no Chile	242
4.1.	Requisitos e condições de admissibilidade da prisão preventiva	246
4.2.	Procedimento para a decretação da prisão preventiva e sua revisão.....	252
4.3.	Decretação da prisão preventiva em caso de descumprimento das outras medidas.....	258

- 4.4. Detenção em flagrante e sua conversão em prisão preventiva..... 259
- 4.5. Detenção para fins de identificação 261
- 5. Conclusões e tendências (standards) internacionais..... 263

CAPÍTULO V

A ANÁLISE DO REGIME JURÍDICO DA PRISÃO PREVENTIVA, INTRODUZIDO PELA LEI 12.403/2011

- 269**
- 1. Aspectos gerais 269
- 2. Delimitação do conceito de privação da liberdade..... 269
- 3. Espécies de prisão. Classificação funcional 278
- 4. Princípio da proporcionalidade e seus desdobramentos 284
 - 4.1. Legalidade e Justificação teleológica..... 287
 - 4.2. Judicialidade e Motivação 289
 - 4.2.1. Extensão do dever de motivar e subsidiariedade da
prisão preventiva..... 294
 - 4.3. Requisitos intrínsecos 297
 - 4.3.1. Adequação 298
 - 4.3.2. Necessidade 299
 - 4.3.3. Proporcionalidade em sentido estrito..... 301
 - 4.4. Dever de Proteção e a Proibição da insuficiência..... 304
- 5. Requisitos da cautelaridade 308
 - 5.1. *Fumus commissi delicti* 312
 - 5.2. *Periculum libertatis*..... 314
- 6. Condições de Admissibilidade. Concurso de crimes..... 316
- 7. Ônus da prova..... 318
- 8. Audiência de custódia, de apresentação ou de controle da prisão.
Interrogatório de garantia..... 326
- 9. Contraditório e sua extensão 332
 - 9.1. Forma de exercício. Audiência de custódia e interrogatório de
garantia..... 337
 - 9.2. Exercício da ampla defesa. Imputado em sentido material 339
- 10. Atuação de ofício do juiz. Representação da polícia e
assistente da acusação 345
- 11. Procedimento incidental cautelar ou de liberdade 350
 - 11.1. Fases e atos que compõem o procedimento incidental de
liberdade 359

CAPÍTULO VI

ANÁLISE DE CADA UM DOS MODELOS DE PRISÃO PREVENTIVA, À LUZ DO DIREITO ESTRANGEIRO E DAS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS

- IDENTIFICADAS. 363**

1.	Importância dos modelos.....	363
2.	Prisão preventiva originária.....	366
3.	Prisão preventiva derivada do flagrante ou substitutiva de prisão em flagrante	367
3.1.	Função e natureza da prisão em flagrante	369
3.2.	Requisitos e Condições de admissibilidade.....	374
3.3.	Procedimento. Audiência de Custódia ou de apresentação e decisões possíveis	375
4.	Prisão preventiva esclarecedora de imputado “inidentificado”	385
4.1.	Natureza jurídica. Controle de identidade pela polícia.....	389
4.2.	Requisitos e condições de admissibilidade.....	391
4.2.1.	Identificação criminal.....	393
4.3.	Procedimento.....	396
4.3.1.	Prisão esclarecedora decorrente de prisão em flagrante. Ônus de se identificar	399
4.4.	Prisão temporária e prisão preventiva esclarecedora.....	400
5.	Prisão preventiva sancionatória ou regressiva	400
5.1.	Natureza jurídica. <i>Contempt of Court</i>	402
5.2.	Requisitos e Condições de admissibilidade.....	408
5.3.	Procedimento.....	413
6.	Prisão preventiva protetiva	416
6.1.	Natureza jurídica.....	418
6.2.	Requisitos e Condições de admissibilidade.....	419
6.3.	Procedimento.....	424

CAPÍTULO VII

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E SUA REGULAMENTAÇÃO..... 427

1.	Introdução.....	427
2.	Conceito de audiência de custódia ou de apresentação	430
3.	Constitucionalidade e legalidade da Resolução 213/2015 do CNJ.....	430
4.	Objetivos da audiência de custódia	433
5.	Regulamentação feita pela Resolução 213/2015 do CNJ.....	436
5.1.	Âmbito de aplicação. Em que situações deve haver a audiência?	436
5.1.1.	Audiência de custódia e execução provisória.....	440
5.1.2.	Audiência de custódia na condução coercitiva e outras espécies de prisão	440
5.2.	Prazo para sua realização	442
5.3.	A quem deve ser apresentado? Autoridade Judicial.....	449
5.3.1.	Autoridade Judicial “competente”. Resoluções dos Tribunais	450
5.3.2.	Audiência de custódia realizada perante juiz incompetente	457

5.4.	Local da audiência e possibilidade de utilização da videoconferência	459
5.5.	Rito da audiência de custódia (procedimento incidental de liberdade)	466
5.5.1.	Quem deve estar presente à audiência?	466
5.5.2.	Atos que compõem a audiência de custódia	470
5.5.2.1.	Entrevista prévia e reservada com o advogado	470
5.5.2.2.	Orientações ao detido sobre a imputação, a finalidade do ato e seus direitos. Intérprete.	472
5.5.2.3.	Interrogatório de garantia	476
5.5.2.4.	Incidente para registro da tortura e outras providências	486
5.5.2.5.	Reperguntas e requerimentos pelas partes	489
5.5.2.6.	Decisões possíveis pelo Juiz	492
5.5.2.7.	Aplicação de medidas alternativas pelo juiz. Revisão periódica e restrições ao monitoramento eletrônico	495
5.5.2.8.	Ônus da prova sobre legalidade da prisão e necessidade da cautela	502
5.5.2.9.	Arquivamento na audiência	502
5.5.2.10.	Registro dos Atos, Ata e providências ao final	503
5.5.2.10.1.	Registro no Sistac (Sistema de Audiência de Custódia)	504
5.6.	Possibilidade de utilização dos elementos de prova produzidos na audiência de custódia	506
5.7.	Consequências da não realização da audiência de custódia	507
6.	Entrada em vigor da Resolução e Aplicação no tempo	510
7.	Considerações finais	511
CONCLUSÃO		513
BIBLIOGRAFIA		519
RELATÓRIOS		539
DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS		541
OPINIÕES CONSULTIVAS		545
INFORMES DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS		547
DECISÕES DA CORTE EUROPEIA		549
ANEXO		
RESOLUÇÃO Nº 213 DE 15/12/2015		551